



O tratamento conferido à classe das conjunções em gramáticas antigas de língua portuguesa

The treatment given to the class of conjunctions in old Portuguese grammars

*André Vinícius Lopes CONEGLIAN**

RESUMO: Este estudo apresenta uma avaliação do tratamento conferido à classe das conjunções em obras da tradição gramatical antiga (séculos XVIII e XIX) de língua portuguesa com o objetivo de verificar critérios e parâmetros configuradores dessa classe nessas gramáticas. Este estudo penetra no território em análise a partir do modo como ele é configurado, descrito e explorado pelos autores em exame, e, a partir da recolha dessas informações, levanta quais sejam os critérios (sintáticos, semânticos e pragmáticos) que atuam na definição e na caracterização da classe das conjunções, defendendo, por fim, que as obras da tradição gramatical constituem um terreno fértil para uma avaliação consciente e responsável do tratamento dos fatos linguísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Tradição gramatical. Classe de palavras. Conjunção. Gramática.

ABSTRACT: The present study evaluates the treatment conferred to conjunctions in the Portuguese grammatical tradition (mainly works from the 18th and 19th centuries) aiming at verifying the criteria and parameters that constitute this particular part of speech. This study enters the territory of conjunctions through the consideration of how it is configured, described and explored by the authors under examination; and, based on the information gathered, the study explicates the criteria (syntactic, semantic, and pragmatic) that come into play in the definition and characterization of the class of conjunctions. Ultimately this paper defends that traditional grammars constitute a fertile zone for a conscientious and responsible evaluation of linguistic facts.

KEYWORDS: Grammatical tradition. Parts of speech. Conjunction. Grammar.

1 Introdução

Este estudo apresenta uma avaliação do tratamento conferido à classe das conjunções em obras da tradição gramatical antiga de língua portuguesa (séculos

* Professor doutor da FALE/UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1726-8890>. coneglian03@gmail.com.

XVIII e, especialmente, XIX) com o objetivo de verificar critérios e parâmetros que configuram a classe no conjunto das gramáticas analisadas (veja-se seção 1.1 para a lista de obras analisadas). De modo que seja possível chegar a critérios e parâmetros, o exame proposto aqui se conduz por questões que contemplam, principalmente, não apenas a natureza da classe, considerando-se os critérios de pertencimento dos itens e os matizes das definições, como também a própria distribuição de itens conjuncionais na organização dos períodos (veja-se a seção 1.2 para uma delimitação das questões norteadoras desta investigação). Defina-se, então, qual seja a natureza do exame proposto neste estudo.

1.1 A natureza do exame

Estudos que proponham examinar fatos descritivos da língua com base no que vem apresentado nas obras da tradição gramatical geralmente constroem-se a partir de uma “operação desmonte”, como chama Neves (2002a, p. 156), da qual “não sobre pedra sobre pedra”. Isso significa que o exame dos fatos gramaticais nesse tipo de estudo é enquadrado no entendimento de que a tradição gramatical geralmente apresenta “definições inexatas ou defeituosas; definições que abrangem mais do que o objeto definido ou menos do que ele é” (MORAIS, 1986, p. 41). Desse modo, esses estudos, *a priori* viesados na apreciação negativa que fazem, não chegam a penetrar no campo descritivo, propriamente, mas fazem uma má interpretação dos fatos para criticar e diminuir o que é produzido nessas obras. Obviamente, este não é o enquadre do presente estudo.

Deve-se deixar claro que a avaliação que aqui se apresenta não tem por objetivo discutir se o tratamento conferido à classe das conjunções pelos autores em exame é bom ou ruim, ou, ainda, apontar incoerências e inconsistências no tratamento, como tem sido habitual nos estudos que examinam obras da tradição. Antes, o que este estudo faz, principalmente, é apresentar e avaliar informações que permitam penetrar no território em análise, a partir do modo como ele é configurado, descrito e explorado

por autores da tradição antiga portuguesa. Com base nessa recolha dessas informações, captam-se critérios que atuam na definição e na caracterização da classe das conjunções, defendendo, por fim, que as obras da tradição gramatical constituem um terreno fértil para uma avaliação consciente e responsável do tratamento dos fatos linguísticos.

Explique-se que a tradição gramatical, neste trabalho, é vista em sua produção descritiva, isto é, privilegiam-se os fatos de língua apresentados nas obras em exame. Reconhece-se, entretanto, que a noção de prescrição perpassa a tradição, na medida em que ficam elegidos usos exemplares (NEVES, 2018). Reafirme-se, então, que este trabalho põe em foco os fatos linguísticos descritivos apresentados nas obras em exame.

1.2 As obras em exame

Este estudo centra-se na análise de sete obras gramaticais de língua portuguesa produzidas entre os séculos XVIII e XIX. São elas:

RL – *Arte da gramática da língua portuguesa*, Antonio José dos Reis Lobato (1770)

JSB – *Gramática filosófica da língua portuguesa*, Jeronimo Soares Barbosa [1822]

AAC – *Nova gramática portuguesa*, A. Augusto Cortesão [1862]

JR – *Gramática portuguesa*, Júlio Ribeiro [1881]

MM – *Gramática descritiva*, Maximino Maciel [1894]

ECR – *Serões gramaticais*, Ernesto Carneiro Ribeiro (1890)

FAC – *Noções elementares da língua portuguesa*, Francisco Adolpho Coelho (1891)

As datas indicadas entre parênteses ao lado de cada obra referem-se às datas da primeira edição de cada uma delas. No entanto não foi possível o acesso às

primeiras edições¹, ficando indicadas as edições analisadas na seção das Referências Bibliográficas.

1.3 As questões que guiam o exame

Em texto sobre a organização das palavras em classes, Neves (2006) propõe perguntas que, em conjunto, estabelecem um roteiro de análise para o linguista que se debruça sobre o estudo das *palavras*. Retomem-se algumas dessas perguntas a seguir:

- a) Quais são os critérios usados para a descrição e classificação das palavras?
- b) Que critérios podem atuar na definição das classes de palavras?

Em outro texto, a mesma autora (NEVES, 2014) acrescenta a esse conjunto de perguntas uma outra:

- c) A que se tem chegado, exatamente, nessa tarefa [de tentar definir as classes]?

É exatamente por essas três perguntas que se conduz o exame da classe das conjunções tal como apresentada e descrita em gramáticas de língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX.

Contextualizando-se tais perguntas à classe das conjunções, tem-se:

- A) Quais são os critérios usados para a descrição e classificação das conjunções?
- B) Que critérios podem atuar na definição da classe das conjunções?
- C) A que se chega, exatamente, a partir de um exame das gramáticas?

¹ É possível que o conteúdo das obras varie de edição para edição. Como este artigo não se propõe como estudo da evolução do pensamento gramatical, o exame de possíveis variações no conteúdo de diferentes edições de uma mesma obra é irrelevante.

Para uma tentativa de oferecer respostas a essas perguntas, traça-se, neste estudo, o seguinte percurso: em primeiro lugar, discute-se a forma pela qual e os critérios pelos quais as classes de palavras são definidas na tradição gramatical, e considera-se, também, o tratamento linguístico conferido às classes (seção 2.1); em seguida, faz-se um excuro na instituição da classe das conjunções na disciplina gramatical grega, uma vez que, nessa instituição, estão alguns dos critérios que passaram para as gramáticas em análise (seção 2.2); em terceiro lugar, com base no exame dos critérios atuantes nas gramáticas de língua portuguesa em análise, comparam-se os fatos obtidos das obras em exame (seção 3); e, por fim, apresenta-se avaliação do tratamento conferido à classe das conjunções (seção 4).

2 As bases teóricas do exame

2.1 Algumas considerações gerais a respeito do tratamento conferido às classes de palavras

Até o século XIX, período em que se iniciaram investigações de línguas fora da família Indo-europeia, acreditava-se que as classes de palavras seguiam a mesma tipologia ou do latim ou do grego (VOGEL; COMRIE, 2000). A descrição dessas classes nas diferentes línguas seguia critérios *ad hoc* provenientes das gramáticas clássicas gregas e latinas². As definições das classes, como observam Croft (2001) e Neves (2016), são, em sua maioria, nocionais, fundamentadas em critérios de ordem semântica e não em seu comportamento morfossintático, fato do qual decorrem a impropriedade e a inadequação desse tipo de definição na caracterização das classes.

Um exemplo de definição nocional das classes de palavras é oferecido em (01), a seguir:

² Deve-se enfatizar que os romanos não elaboraram um pensamento gramatical como o fizeram os gregos. O pensamento gramatical latino e, por consequência, sua produção gramatical são decalcados do modelo inaugural grego.

(01)

Substantivos denotam pessoas, coisas ou lugares.

Adjetivos denotam propriedades.

Verbos denotam ações.

Guiando-se pelos critérios em (01), uma palavra como *sonegação* não denota nenhuma das propriedades que lá vêm postas, no entanto seria errôneo afirmar que essa palavra não pertence à classe dos substantivos. De semelhante modo, um verbo como *considerar*, que não expressa nem uma ação nem um evento, não pertenceria à classe dos verbos. No caso de palavras como *cadeira* e *correr*, que, respectivamente, denotam uma coisa e uma ação, elas pertencem às classes dos substantivos e dos verbos. Ora, as definições nocionais geralmente captam as propriedades dos membros prototípicos de uma determinada classe, isto é, aqueles membros que melhor representam uma determinada classe de palavras, e, a todos os membros da classe são atribuídas as propriedades dos protótipos. Esse método semântico de classificação não só enrijece as categorias, pois estabelece limites precisos e definidos para cada uma delas, como também as empobrece, uma vez que homogeneíza toda a classe a partir das propriedades de alguns de seus membros.

Ainda que dominantes na caracterização das classes de palavras, as definições nocionais podem ser acompanhadas por definições funcionais, que privilegiam justamente o papel que as palavras desempenham na construção da oração. Definições funcionais são próprias das palavras que geralmente são invariáveis, como pronomes, advérbios e preposições, uma vez que essas palavras, em sua maioria, não contribuem para o conteúdo semântico da oração, mas são responsáveis pelo estabelecimento das relações que governam a construção da oração.

O que se verifica no caso das conjunções, como se vê adiante, é que as definições de base funcional têm primazia, nas gramáticas analisadas, sobre as definições de base nocional. Essa definição é coerente com a própria natureza da classe das conjunções,

que é a de estabelecer ligação entre orações. Há que se considerar ainda que a classe das conjunções é sobretudo heterogênea, ficando admitida, pelos gramáticos analisados, a pertença de palavras de outras classes à classe das conjunções. Ora, percebe-se, então, uma assunção, ainda que não explícita, por parte dos gramáticos, de que certas classes, como a das conjunções, não são tão rígidas e tão discretas como são consideradas as classes como as dos substantivos, adjetivos e verbos, precisamente delimitadas e separadas umas das outras – daí o grande número de inconsistências no tratamento das classes de palavras na tradição gramatical.

É amplamente sabido que o pensamento tradicional influenciou o pensamento linguístico. No entanto, a visão “generalista”, à qual se fez referência no início desta seção, de que as categorias das línguas seriam as mesmas do grego e do latim e de que elas seriam definidas segundo os mesmos critérios, cedeu lugar a uma visão “exclusivista”, segundo a qual cada língua teria as suas próprias categorias definidas por critérios próprios e particulares a cada uma das línguas (VOGEL; COMRIE, 2000).

Por motivos de inadequação e impropriedade, caracterizações de base puramente nocional e funcional foram rejeitadas pelos linguistas – ainda que fique assumida uma parcial validade dessas caracterizações. Assumiu-se, no lugar, que o comportamento morfossintático das palavras na oração seria o meio mais adequado para o estabelecimento e para a definição das classes de palavras das línguas, as quais poderiam ou não coincidir com as classes previstas na tradição gramatical. Nessa condução a palavra não é estudada isoladamente dentro de uma classe, mas inserida dentro de um contexto sintático, a partir do qual se pode determinar a sua distribuição dentro de uma sentença (LYONS, 1968). Nesse modo de ver as categorias, os verbos, por exemplo, são classificados, com base em critérios distribucionais, em transitivos

diretos ou indiretos, dependendo da natureza de seu complemento, ou podem até mesmo serem classificados como intransitivos, se não o admitirem³.

No que concerne o estudo dos fatos apresentados nas gramáticas em exame neste trabalho, esse tipo de método em que se considera a distribuição das palavras em um contexto sintático, ainda que não apareça explicitamente anunciado nas gramáticas, figura como importante no estabelecimento das palavras que pertencem ou não à classe das conjunções. Como se discute mais adiante, muitos dos gramáticos examinados neste estudo admitem a possibilidade de palavras pronominais e adverbiais pertencerem à classe das conjunções. Essa determinação é feita a partir do comportamento sintático que essas palavras assumem na construção do período, ou seja, a partir de sua distribuição. Fica estabelecido, assim, ainda que incipientemente, um dos critérios que podem atuar na caracterização da classe das conjunções, que é justamente o seu comportamento distribucional na construção do período.

2.2 A instituição da classe das conjunções na disciplina gramatical (tradicional)

Assim como a classe dos advérbios, que não foi instituída inauguralmente pela disciplina gramatical (NEVES, 2016), a classe das conjunções, que em Aristóteles pertencia à classe dos pronomes (NEVES, 2005), ficou estabelecida como parte do discurso primeiramente nas lições da filosofia estoica.

Em sua *Poética*, Aristóteles (1996) considera as conjunções como parte componente das dições, juntamente com o artigo, o nome, o verbo, o caso. As conjunções, para ele, eram sons sem significação que unificam proposições de modo a formar uma única oração⁴.

³ Essa definição funcional da classe dos verbos segundo a gramática tradicional é imprecisa. Estudos linguísticos tanto na linha do Gerativismo quanto do Funcionalismo têm discutido amplamente essa questão. Para uma boa revisão da literatura a respeito da distribuição dos verbos, veja-se Croft (2001).

⁴ O que é particularmente importante considerar é a abrangência da caracterização que Aristóteles faz das conjunções, uma vez que ele considera a natureza semântica e distribucional das conjunções. Diz ele que as conjunções são sons sem significação (natureza semântica) e que naturalmente podem

Os estoicos, por sua vez, combatiam a ideia aristotélica de que as conjunções eram partes do discurso desprovidas de significado. E foi a classificação estoica, segundo a sua lógica, que foi transportada para a gramática (NEVES, 2005). As conjunções, segundo suas propriedades de articulação de eventos, foram distinguidas, pelos estoicos, em: prepositivas (*prothetikoi*), disjuntivas (*diazeuktikoi*), subdisjuntivas (*paradiazeuktikoi*), comparativas (*diasaphetikoi*), causais (*aitiodes*), continuativas (*synaptikoi*), subcontinuativas (*parasynaptikoi*), ilativas (*epiphorikoi*), copulativas (*symplektikoi*), conclusivas (*proseptikoi*), completivas ou expletivas (*parapleromatikoi*).

No domínio da disciplina gramatical, tanto a definição de Dionísio, o Trácio, quanto a de Apolônio Díscolo seguem os princípios estoicos e, em ambos os autores, verifica-se, na definição da classe das conjunções, a repetição da sua função conectiva, mais especificamente a de colocar os pensamentos em uma conexão lógica (CHAPANSKI, 2003).

O manual de Dionísio agrupa as conjunções em oito espécies. Apolônio Díscolo as distingue em quinze espécies, e uma delas, a espécie das causais, subdividida em cinco espécies. Os Quadros 1 e 2, a seguir, apresentam os agrupamentos feitos por cada um dos gramáticos, respectivamente.

Quadro 01 – A classificação das conjunções segundo Dionísio, o Trácio.

Espécie	Definição	Exemplos
Copulativas (<i>symplektikoi</i>)	São aquelas que ligam as expressões sem imposição de limites.	<i>e</i>
Disjuntivas (<i>diazeuktikoi</i>)	São aquelas que, ao ligar expressões, separam uma coisa da outra.	<i>ou</i>
Continuativas (<i>synaptikoi</i>)	São aquelas que não indicam a existência, mas a sequência.	<i>se</i>
Subcontinuativas (<i>parasynaptikoi</i>)	São aquelas que, além da existência, também indicam ordenação.	<i>já que</i>
Causais (<i>aitiologikoi</i>)	São aquelas que indicam uma causa.	<i>porque</i>

ocorrer tanto no final quanto no meio de uma proposição, mas nunca no início (natureza distribucional) (ARISTÓTELES, 1996).

		<i>para que</i>
Dubtativas (<i>aporrhematikói</i>)	São aquelas usadas para ligar em circunstância de dúvida (quando estamos sem saída).	<i>âra</i> <i>“será que?”</i>
Conclusivas (<i>sylogistikói</i>)	São aquelas que são adequadas às conclusões e à compreensão das demonstrações.	<i>com efeito</i>
Expletivas (<i>parapleromatikói</i>)	São aquelas empregadas por causa do metro ou do bom arranjo.	<i>então</i> <i>certamente</i>

Fonte: com base em Chapanski (2003) e em Neves (2005).

Quadro 2 – A classificação das conjunções segundo Apolônio Díscolo.

Espécie	Exemplos
Copulativas (<i>symplektikói</i>)	<i>e</i>
Causalis (<i>aitiologikói</i>)	(i) <i>causalis, aitiologikós</i> – <i>porque</i> (ii) <i>continuativa, synaptikós</i> – <i>se</i> (iii) <i>subcontinuativa, parasynaptikós</i> – <i>já que</i> (iv) <i>adiuntiva, epizeuktikós</i> – <i>para que / por causa de</i> (v) <i>effectiva, apotelestikós</i> – <i>com efeito</i>
Disiuntivas (<i>diazeuktikói</i>)	<i>ou</i> (exclusivo)
Subdisiuntivas (<i>paradiazeuktikós</i>)	<i>ou</i> (não-exclusivo)
Disertiva vel declarativa (<i>diasaphetikós</i>)	<i>antes, “de preferência”</i>
Ablativas (<i>perigraphikós</i>)	<i>dé, gé</i> (quando marcam restrição)
<i>Praesumptiva</i> (<i>proseptikós</i>)	<i>dé, gé</i> (no sentido de <i>ora</i>)
<i>Adversativa</i> (<i>enantiomatikós</i>)	<i>se bem que, entretanto</i>
<i>Approbativas</i> (<i>apodeiktikós</i>)	<i>na verdade</i>
Abnegativas (<i>dynektikós</i>)	<i>ân, kén</i> (sem equivalentes no latim)
Collectiva (<i>sylogistikós</i>)	<i>por conseguinte, de modo que</i>
Dubitativa (<i>diaporetikós</i>)	<i>âra</i> <i>“será que?”</i>
Confirmativa (<i>diabebaiotikós</i>)	<i>que</i> (para unir uma oração complementar a uma principal)
<i>Epilogistikós</i> ou <i>Anakephaloiotikós</i>	<i>bem, então</i>
Completiva (<i>parapleromatikós</i>)	<i>mén, dé, pér</i>

Fonte: adaptado de Neves (2005).

Duas indicações finais ainda devem ser feitas a respeito da classe das conjunções na disciplina gramatical de Apolônio Díscolo: a primeira, no que toca à significação das conjunções; a segunda, à ordem. Assim como os estoicos, Apolônio Díscolo não considerava as conjunções desprovidas de significado, no entanto não era apenas uma significação, mas, sim, uma cossignificação, ou seja, as conjunções não possuem valor autônomo, e é por meio de sua relação com outras partes da oração que esse valor é verdadeiramente instituído (NEVES, 2002b, 2005). Apolônio fala ainda na *taxis* (a ordem) e no *dynamis*, que, de certa forma, como assinala Neves (2005), poderiam querer lembrar a subordinação e a coordenação.

Diante desse quadro taxonômico estabelecido nos primórdios da disciplina gramatical, fica claro que o critério relevante na definição da classe das conjunções era a sua função (conectiva do pensamento), da qual decorrem as definições por vezes nocionais, bem como o agrupamento das conjunções em espécies. Cabe, assim, investigar o quadro taxonômico oferecido nas gramáticas de língua portuguesa, que, com maior ou menor fidelidade, preservam e herdaram critérios taxonômicos gregos. Para tanto, na seção a seguir, são apresentados o tratamento conceitual e as subespecificações na caracterização da classe das conjunções.

3 O exame e a avaliação das gramáticas antigas de língua portuguesa

3.1 O tratamento conceitual da classe

Um exame do tratamento conceitual da classe das conjunções passa, necessariamente, por dois campos de exame, cada um com suas especificidades: as formulações gerais e a organização da classe. No primeiro campo, examinam-se: a natureza da definição da classe, o gênero (ou a natureza do item), suas propriedades distribucionais e morfológicas. No segundo campo, examinam-se: a natureza de pertencimento à classe e a natureza da relação estabelecida pelas conjunções.

Inicie-se pelo primeiro campo. O Quadro 3, a seguir, apresenta um esquema da formulação conceitual dessa classe nas obras analisadas, a partir de quatro classificações: gênero, a natureza da definição, sua distribuição, e sua morfologia.

Quadro 03 – As formulações gerais.

Obra em exame	Gênero	A natureza da definição			Distribucional		Morfológico
		Nocional	Funcional	Lógica	no princípio da oração relacionada	entre duas proposições (ou partes coordenadas da proposição)	
RL	voz ⁵	x	x	-	-	x	indeclinável
JSB	parte conjuntiva da oração	x	x	x	x	x	-
AAC	palavra	-	x	-	-	x	-
JR	palavra	-	x	-	x	x	-
MM	palavra	-	x	-	-	x	invariável
ECR	parte elementar do discurso	x	-	-	x	x	-
FAC	palavra	x	-	-	-	x	invariável

Fonte: elaborado pelo autor.

Tome-se, primeiramente, as duas pontas do Quadro 3, nas classificações de gênero e de morfologia.

Como se observa, cinco dos sete gramáticos consideram as conjunções como palavras, enquanto um as consideram como parte elementar do discurso, e outro, como parte conjuntiva da oração. Essas duas últimas atribuições de gênero às conjunções por Soares Barbosa e por Carneiro Ribeiro revela a própria formulação da definição da classe pelos gramáticos, que consideram tanto sua natureza funcional quanto lógica. Nas obras em exame, a classe das conjunções é tratada, geralmente, na seção dedicada à etimologia das palavras ou às partes do discurso. É nas gramáticas

⁵ Ou palavra.

de Augusto Cortesão e de Julio Ribeiro que a classe recebe um duplo tratamento tanto na seção dedicada às partes do discurso quanto na seção da sintaxe, sem que, no entanto, sejam tratadas junto das “orações compostas”. O estudo da conjunção circunscrito ao domínio da etimologia e das partes do discurso traz implicações para a classificação do gênero das palavras dessa classe, conforme aparece no Quadro 3.

Quanto à classificação morfológica, apenas três dos sete autores colocam as conjunções como palavras ou partes do discurso invariáveis ou indeclináveis. No entanto, os outros quatro autores restantes fizeram essa indicação, não na seção destinada às conjunções em suas gramáticas, mas na seção em que apresentam uma visão geral das classes de palavras.

No que diz respeito à classificação e à distribuição das conjunções na sentença, o que se verifica é que os autores são unânimes quanto à posição da conjunção entre as duas orações relacionadas. Entretanto, três autores (SB, JR, ECR) consideram também que a conjunção encabeça a oração relacionada. Isso se deve ao fato de que esses gramáticos assumem explicitamente que a oração relacionada não necessariamente segue a oração a que se relaciona, podendo, assim, vir anteposta.

Nas formulações que conceituam a classe das conjunções, cinco autores falam da natureza funcional, geralmente fazendo uma indicação explícita ao processo da ligação, as exceções estão em Carneiro Ribeiro e Adolpho Coelho. Também se encontram definições de natureza nocional em cinco gramáticas (RL, JSB, JR, ECR, FAC). O Quadro 4, a seguir, apresenta as definições de cada gramático para a classe.

Quadro 4 – As formulações específicas de cada campo.

Obra em exame	A natureza da definição							Lógica
	Nocional	Funcional					palavras usadas na mesma sentença	
			(duas) orações/ proposições/sentenças	duas palavras	membros/partes do discurso	partes semelhantes da		
RL	sem significação por si só	ajuntar	-	-	x	-	-	-
JSB	exprime as relações	atar	x	-	-	-	-	exprimir as relações de nexos e ordem que as proposições têm entre si
AAC	-	ligar e relacionar	x	-	-	x	-	-
JR	-	ligar	x	-	-	-	-	-
		prender	-	-	-	-	x	
MM	-	ligar	x	x	-	-	-	-
ECR	mostra relações que as proposições têm entre si	-	-	-	-	-	-	-
FAC	exprime relação entre palavras	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: elaborado pelo autor.

As definições nocionais, em sua maioria, fazem indicações de que as conjunções “exprimem relações” entre palavras, proposições, ou partes do discurso. Um gramático (RL), sem fazer esse tipo de menção, indica que as conjunções são palavras que não possuem significação por si só. Particularmente, Soares Barbosa apresenta uma formulação lógica para a classe, segundo a qual as conjunções expressam o “nexo e ordem que as proposições têm entre si”. Nesse último caso, percebe-se claramente o compromisso com a lógica filosófica, fundamentadora do pensamento gramatical desse autor. Por outro lado, as definições funcionais estão sempre indicadas pela propriedade relacional das conjunções. Os gramáticos que apresentam esse tipo de definição diferem quanto à natureza daquilo que é conjungido, mas a maioria deles

considera a relação entre duas orações/proposições/sentenças, ficando um gramático (RL) com uma indicação mais geral de membros/partes do discurso.

No segundo campo, conforme já fixado, examina-se a organização geral da classe, considerando-se tanto a natureza de pertencimento das conjunções à classe quanto a natureza da relação pelas conjunções estabelecida. O Quadro 5, a seguir, apresenta um esquema da organização geral da classe.

Quadro 5 – A classe das conjunções: a organização da classe.

Obra em exame	Natureza de pertencimento à classe					Natureza da relação entre as proposições/orações combinadas	
	Etimológico	Morfológico			Funcional	Coordenativa	Subordinativa
		simples	composta	Fórmulas conjuntivas/locuções conjuntivas			
RL	sua natureza	-	x	-	-	-	-
JSB	por natureza	-	-	x	x	**	x
AAC	-	x	x	-	-	x	x
JR	-	-	-	x	-	x	x
MM	por natureza	-	-	x	x	x	x
ECR	x*	x	x	x	-	x	x
FAC	?	x	x	x	x	x	x

Fonte: elaborado pelo autor.

No que diz respeito à natureza de pertencimento das conjunções à classe, ela pode ser de três tipos: etimológica, morfológica e funcional. Apenas três autores (RL, JSB, MM) fazem menção explícita às palavras que são etimologicamente conjunções. Entre esses autores, no entanto, não há consenso: RL considera apenas que *e* e *ou* sejam conjunções etimologicamente; JSB considera nove conjunções por sua natureza etimológica, a saber, *que*, *e*, *mas*, *nem*, *ou*, *pois*, *porém*, *que* e *se*; MM considera seis conjunções, *e*, *nem*, *si*, *mas*, *ou*, *quando*. Esse último gramático deixa a lista de palavras etimologicamente conjuntivas em aberto. ECR não indica explicitamente, na seção

dedicada às conjunções, o critério etimológico, no entanto ele fica indicado em outros lugares.

Quanto aos critérios de pertença morfológico e funcional, cada autor oferece um tratamento diferente e, por vezes, tais critérios se entrecruzam. RL considera que “composições de diversas palavras”, do tipo *por consequência*, são conjunções se a essa função servirem, ficando, assim, imbricados os dois critérios. O mesmo pode ser dito do tratamento em JSB e JR. O primeiro gramático considera “palavras conjuntivas” quaisquer palavras que, oriundas de outras classes gramaticais, sirvam à função de conjunção; o segundo gramático chama de “locução conjuntiva” não só essas oriundas de outras classes, mas também qualquer composição com a partícula *que*. Em JSB, essas composições são classificadas como “fórmulas conjuntivas”. Semelhante à proposta classificatória de JSB é a de MM, que fala em “palavras conjuncionais”, correspondentes às “palavras conjuntivas” de JSB, e em “expressões conjuncionais”, correspondente às “fórmulas conjuntivas” de JSB. AAC, sem fazer menção à natureza etimológica, considera conjunções simples aquelas que são constituídas de apenas uma palavra, ou de duas intimamente ligadas, como *todavia*, e conjunções compostas aquelas formadas de duas ou mais palavras que servem à função de conjunção.

No que diz respeito à natureza da relação estabelecida pelas conjunções entre as proposições, apenas RL, gramático do século XVIII, não faz qualquer menção aos processos de subordinação e coordenação. Cinco gramáticos (AAC, JR, MM, ECR, FAC) são unânimes no entendimento de que as conjunções coordenativas ligam orações da mesma natureza e que as subordinativas ligam as de natureza diferente. Dentre os autores que consideram a natureza da relação, JSB não indica explicitamente, na seção dedicada às conjunções, o rótulo “coordenativas”, no entanto fica indicado em outros lugares. Esse gramático não fala de conjunções subordinativas, mas, sim, de conjunções dissimilares, que pertencem a uma segunda classe (semântica) de conjunções. Elas são dissimilares justamente porque existe um “desnível” entre as duas proposições relacionadas pelas conjunções.

3.2 As subespecificações na caracterização da classe

Estabelecida a configuração geral da classe das conjunções, cabe complementar essa configuração com as subespecificações que os autores oferecem, uma vez que a avaliação do tratamento da classe deve, necessariamente, considerar todas as suas propriedades.

O Quadro 6 traz a classificação das conjunções coordenativas nas gramáticas examinadas. O Quadro 7, a classificação das conjunções subordinativas nas gramáticas examinadas.

Quadro 6 – A classificação das conjunções coordenativas.

Obra em exame	Copulativas/ aproximativas	Disjuntivas/ alternativas	Conclusivas (ilativas)	Adversativas	Explicativas	Transitivas
RL	-	-	-	-	-	-
JSB	x	x	x	-	x	-
AAC	x	x	x	x	-	-
JR	x	x	x	x	x	-
MM	x	x	x	x	-	-
ECR	x	x	x	x	x	x
FAC	x	x	x	x	-	-

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 7 – A classificação das conjunções subordinativas.

Obra em exame	Causais	Condicionais	Concessivas	Temporais	Finais	Consecutivas	Comparativas	Modais (circunstanciais)	Proporcionais	Integrante/ subjuntivas
RL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSB	x	x	x	-	-	-	-	x	-	x
AAC	x	x	x	x	x	x	x	-	-	x
JR	x	x	x	x	-	-	-	-	-	x
MM	x	x	x	x	x	-	-	x	x	x
ECR	x	x	x	x*	-	-	-	x	-	x
FAC	x	x	x	x	x	x	x	-	-	x

Fonte: elaborado pelo autor.

Esses dois quadros mostram que:

- 1) a classificação das conjunções coordenativas é muito mais homogênea que a classificação das conjunções subordinativas;
- 2) o que três gramáticos (JSB, JR, ECR) consideram como conjunções explicativas, outros três gramáticos as consideram (AAC, MM, FAC) como conclusivas, ou “ilativas”.
- 3) ECR considera uma classe das conjunções transitivas, ou continuativas, da qual não fornece exemplos.
- 4) as noções circunstanciais predominam no campo das subordinadas.
- 5) as classes de subordinativas em que se verifica unanimidade entre os gramáticos são as causais, as condicionais, as concessivas e as integrantes.
- 6) não há qualquer indicação de palavras relativas como conjunções subordinativas.

Merece destaque o tratamento de JSB às conjunções subordinativas concessivas, que compreendem as conjunções coordenadas adversativas, como *mas*, *porém*, *todavia*, etc.

3.3 Um fator acidental: o uso de exemplos

É relevante considerar um último fato que não faz parte da caracterização da organização conceitual da classe, mas que é revelador do tratamento conferido pelos gramáticos. Esse fato diz respeito ao fornecimento de exemplos de conjunções e do uso das conjunções, como vem mostrado no Quadro 8.

Quadro 8 – O fornecimento de exemplos nas gramáticas examinadas.

Obra em exame	Exemplo de conjunção	Exemplo de “uso” da conjunção
RL	x	-
JSB	x	x
AAC	x	x
JR	x	-
MM	x	-
ECR	x	x
FAC	x	x

Fonte: elaborado pelo autor.

Todos os gramáticos apresentaram exemplos de conjunções, mas nem todos trouxeram exemplos de proposições em que as conjunções poderiam ser usadas. As obras mais abundantes em exemplos de “uso” das conjunções são a de JSB, ECR e FAC.

4 A que se chega, afinal?

O exame da classe das conjunções em gramáticas antigas da tradição de língua portuguesa foi conduzido por duas direções: uma em que se considerou a configuração conceitual da classe, e outra em que se consideraram as subespecificações categoriais. Na primeira direção, examinaram-se as formulações gerais e específicas apresentadas como definidoras da classe das conjunções. As gramáticas apresentam, em sua maioria, definições de base nocional e funcional para a caracterização da classe, aparecendo, também, uma formulação de base lógica. Ainda na primeira direção, foram considerados os critérios organizacionais da classe, que eram de duas naturezas distintas, uma de pertença e outra de estabelecimento de relação. Na segunda direção, foram consideradas as categorias das conjunções coordenativas e subordinativas, que nada mais são uma reorganização das categorias da gramática grega.

O importante deste exame foi verificar que o tratamento da classe das conjunções difere do tratamento conferido a outras classes de palavras, pois os gramáticos

consideram que existam palavras que são por natureza conjuntivas e palavras que, por funcionarem como conjunção, entram para essa classe. Isso revela que já na tradição gramatical antiga de língua portuguesa, fica assumido, ainda que implicitamente, que o comportamento funcional das palavras na construção sintática do período é um método para determinar a categoria a que uma palavra pertence. Esse método, na linguística atual, é usado tanto por formalistas quanto por funcionalistas, cada um a seu modo, para buscarem os parâmetros e critérios definitórios das classes de palavras (CROFT, 2000; NEVES, 2011).

Referências

ARISTÓTELES. Poetics. *In*: BARNES, J. (org.). **The complete works of Aristotle: the revised Oxford translation.** Oxford: OUP, 1996.

CARNEIRO RIBEIRO, E. **Serões gramaticais.** Bahia: Catilina, 1890.

CHAPANSKI, G. **Uma tradução da Tekhne Grammatike, de Dionísio Trácio para o português.** 2003. Dissertação (Mestrado em Letras. Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

COELHO, F. A. **Noções elementares de gramática portuguesa.** Porto: Lemos & Cia., 1891.

CORTESÃO, A. A. A. **Nova gramática portuguesa.** 7. ed. Coimbra: F. França Amado Editora, 1907 [1862].

CROFT, W. Parts of speech as language universals and as language-particular categories. *In*: VOGEL, P. M.; COMRIE, B. **Approaches to the typology of word classes.** Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110806120>.

CROFT, W. **Radical construction grammar.** Oxford: Oxford University Press, 2001. DOI <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198299554.001.0001>.

LOBATO, A. J. dos R. **Arte da gramática da lingua portuguesa.** Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1770.

LYONS, J. **Introduction to theoretical linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139165570>.

MACIEL, M. **Lingua Portuguesa**. Gramática descritiva baseada nas doutrinas modernas. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914 [1894].

MORAIS, C. B. de. Gramáticas portuguesas. *In*: NEVES, M. H. de M. (org.). **Gramática**. Série Encontros, n. 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa: Unesp/Araraquara, 1986.

NEVES, M. H. de M. A questão da ordem na gramática tradicional. *In*: CASTILHO, A. T. de (org.). **Gramática do português falado: a ordem**. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2002a. v. 1.

NEVES, M. H. de M. **Gramática: história, teoria e análise, e ensino**. São Paulo: Editora Unesp, 2002b.

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. DOI <https://doi.org/10.7476/9788539303465>.

NEVES, M. H. de M. **Como as palavras de organizam em classes**. Museu da Língua Portuguesa, 2006. Disponível em: <http://museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Como-as-palavras-se-organizam-em-classes.pdf>. Acesso em: 07 de jan. de 2020.

NEVES, M. H. de M. Uma amostra do tratamento concedido às classes de palavras na tradição gramatical do português. **Confluência**, Rio de Janeiro, 2011. v. 39, p. 11-28.

NEVES, M. H. de M. A marcação categorias das entidades da linguagem: Um estudo com foco os chamados “numerais”. *In*: BASTOS, N. B. **Língua portuguesa e lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. p. 168-185.

NEVES, M. H. de M. Ainda a marcação categorial das entidades da linguagem: Um estudo com foco nos chamados “advérbios”. *In*: BASTOS, N. B. **Língua Portuguesa: lusofonia**. São Paulo: IP-PUC, 2016.

NEVES, M. H. de M. O que se há de entender por gramática: a voz de Bechara e seu tributo a outras vozes. **Confluência**, Rio de Janeiro, 2018. n. 55, vol. 2, p. 17-40. DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i55.290>.

RIBEIRO, J. **Gramática portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Falconi, 1883 [1881].

SOARES BARBOSA, J. **Gramática filosófica da Língua Portuguesa ou princípios da gramática geral**. 4. ed. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1877 [1822].

VOGEL, P. M.; COMRIE, B. Preface. *In*: VOGEL, P. M.; COMRIE, B. **Approaches to the typology of word classes**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110806120>.

Artigo recebido em: 31.03.2019

Artigo aprovado em: 29.09.2019